

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO ÂMBITO NA REDE MUNICIPAL DE PELOTAS/RS: percepções de docentes de Educação Física acerca deste processo

THE IMPLEMENTATION OF THE BNCC IN THE MUNICIPAL NETWORK OF PELOTAS/RS: perceptions of Physical Education teachers about this process

LA IMPLEMENTACIÓN DE LA BNCC EN EL ÁMBITO DE LA RED MUNICIPAL DE PELOTAS/RS: percepciones de docentes de Educación Física sobre este proceso

LA MISE EN ŒUVRE DE LA BNCC DANS LE CADRE DU RESEAU MUNICIPAL DE PELOTAS/RS : perceptions des enseignants d'Éducation Physique concernant ce processus



Franciele Ross da Silva Ilha* 

Christian Peres da Costa** 

Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma política educacional curricular de caráter normativo que apresenta um documento regulatório para a educação básica em todo o Brasil. Ao contrário de suas políticas antecessoras, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que eram orientativos e não obrigatórios, a BNCC tem caráter legal e sua aplicação é compulsória (Brasil, 2018).

Quatro documentos principais orientam a formulação dessa base nacional que define os conteúdos mínimos a serem ensinados: a LDB, o PNE, a Constituição de 1988 e as Diretrizes Nacionais Curriculares (Holanda; Lasch; Dias, 2021). Essas legislações determinam a necessidade de uma base curricular comum para todo o território nacional, visando democratizar o acesso

* Universidade Federal de Pelotas.

** Universidade Federal de Pelotas.

à educação. Além disso, a BNCC deve ser complementada por uma parte específica desenvolvida por órgãos locais para atender às particularidades de cada região (Brasil, 1996).

Em Pelotas/RS, contexto desta investigação, a BNCC está integrada ao Documento Orientador Municipal (DOM). Com isso, o DOM incorpora a BNCC de Educação Física, funcionando como uma reprodução das diretrizes nacionais.

Bukowski, Centenaro e Fávero (2021) destacam que, a partir de 2016, o maior impulso midiático em torno da BNCC emergiu de grupos como Todos Pela Educação (TPE), Movimento Pela Base (MPB) e o próprio MEC. Segundo os autores, esses grupos concentraram seus esforços em apresentar a BNCC como um documento que prioriza a equidade e a democratização da educação, enfatizando a importância de uma base curricular comum para melhorar o sistema educacional.

Assim, a BNCC sustenta, desde o início de sua proposta, um discurso em prol da democracia e igualdade. Os responsáveis pela sua formulação sempre defenderam a ideia de que um currículo unificado poderia promover um ensino público de qualidade, garantindo oportunidades iguais para todos os alunos (Caetano, 2020).

No entanto, o que se observa na prática pode não corresponder a essa expectativa. A pesquisa realizada por Ávila e Gonçalves (2022) revelou que a implementação da BNCC tem enfrentado diversas limitações devido à falta de materiais e condições adequadas de espaço físico nas escolas. O estudo, conduzido em Rio Grande/RS, destacou tanto aspectos positivos quanto negativos na aplicação do documento. Entre os pontos positivos, foram mencionadas a sistematização e a diversidade de conteúdos. No entanto, os pontos negativos se concentram na desconexão entre as propostas da BNCC e a realidade enfrentada pelos professores, como a ausência de infraestrutura e recursos para aplicar o que o documento sugere. Os dados deste estudo reafirmam esse cenário.

Destaca-se que o conceito de “democracia” adotado pela BNCC está fundamentado na padronização curricular, ao determinar um conjunto de conteúdos essenciais para todos os estudantes. No entanto, a padronização

não garante, por si só, a democracia, especialmente em um país marcado por tantas desigualdades. Oliveira (2018) argumenta que tratar alunos de realidades tão distintas de maneira uniforme pode, na verdade, reforçar a desigualdade.

Para alcançar a igualdade é necessário compreender as necessidades específicas de cada aluno e cada comunidade, respeitando suas singularidades culturais e contextuais. Com disso, Streck (2021, p. 12) questiona: “Devemos tratar os diferentes de forma igual? Até que ponto o tratamento diferenciado fortalece desigualdades disfarçadas de diferenças?”

O desenvolvimento de qualquer currículo de Educação Física, assim como qualquer diretriz educacional, precisa ser fundamentado na realidade concreta e nas especificidades locais. Propostas genéricas e universais, que não consideram essas particularidades, têm pouco impacto prático. É fundamental que as orientações curriculares sejam construídas com base nas condições materiais do ambiente escolar onde serão implementadas, respeitando as singularidades de cada comunidade, instituição e grupo de alunos. Apenas dessa forma será possível elaborar um currículo que seja relevante e adequado às necessidades reais dos estudantes e da sociedade.

Lopes (2018) também enfatiza a importância de reconhecer que cada indivíduo possui formas distintas de aprender. Dado o caráter multicultural do Brasil, cada região apresenta uma rica diversidade cultural, o que gera diferentes demandas curriculares. Um currículo eficaz deve estar conectado e adaptado ao contexto no qual será aplicado, de modo a refletir essa diversidade.

Nessa linha de pensamento, Ávila (2020) argumenta que o documento falha em contemplar adequadamente a diversidade cultural, ressaltando sua incapacidade de incluir de forma abrangente a cultura quilombola e outras expressões culturais marginalizadas. A autora observa que a BNCC parece seguir uma lógica de padronização e homogeneização da educação, sem espaço suficiente para culturas historicamente excluídas no Brasil. Além disso, ela destaca como o documento pode afetar de maneira desigual os diversos distritos de Pelotas/RS, já que as escolas estão inseridas em contextos sociais e culturais marcadamente distintos, refletindo a profunda desigualdade presente na região.

Diante de tais pressupostos, este trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado, teve como objetivo geral compreender a percepção dos docentes sobre a implementação da BNCC no âmbito da Educação Física na rede municipal de ensino fundamental de Pelotas/RS.

Decisões Metodológicas

A pesquisa teve um caráter descritivo, conforme a definição apresentada por Gil (2002), e buscou compreender um fenômeno social no campo educacional. O contexto da pesquisa foi a rede municipal de ensino de Pelotas-RS, município localizado no sul do Rio Grande do Sul, sendo uma das cidades mais populosas do Estado. Pelotas possui um rico contexto educacional com universidade pública e privadas e instituto federal. O cenário da educação básica pública envolve 54 escolas da rede estadual e 95 escolas da rede municipal de ensino.

A seleção da amostra foi realizada de forma intencional, conforme orientações de Trivinos (1987). Inicialmente, as escolas da rede municipal foram classificadas segundo suas regiões administrativas e a oferta de anos finais. Em seguida, uma escola foi escolhida aleatoriamente em cada uma dessas regiões. Com as instituições selecionadas, buscamos por professores, priorizando aqueles com mais tempo de serviço na escola, afim de proporcionar uma visão mais aprofundada das mudanças resultantes da implementação desta política. Com tais critérios foram selecionadas seis professoras, uma de cada zona administrativa do município, sendo essas indicadas por número para manter o anonimato.

Para a coleta de informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duração média de vinte minutos. Após a gravação, as entrevistas foram transcritas e analisadas utilizando um método inspirado na análise de conteúdo de Bardin (1977). No total, desenvolvemos quatro categorias, a partir do objetivo do estudo e do corpus empírico, dando origem aos tópicos que seguem.

Destaca-se que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e aprovada, garantindo que todos os

procedimentos metodológicos respeitassem os princípios éticos da pesquisa acadêmica.

A necessidade de uma política de padronização curricular como a BNCC

Para iniciar nossas entrevistas, discutimos a necessidade de um documento como a BNCC para o componente curricular de Educação Física. Essa questão é possivelmente uma das mais relevantes, pois pode validar ou questionar diversas discussões levantadas ao longo do estudo. Se as professoras considerassem desnecessária a existência de um documento padronizador para o currículo da disciplina, isso poderia impactar significativamente as demais reflexões apresentadas.

Das 6 professoras, quatro professoras (1, 2, 3, 6) defendem a existência de uma norma regulatória e/ou orientação, enquanto outras duas (Professoras 4 e 5) afirmam que essa necessidade não se justifica, destacando que a Educação Física escolar possui outras prioridades e demandas. A seguir discutimos elementos importantes sobre essa problemática.

Dentre as docentes favoráveis a BNCC, a Professora 1 foi bastante clara ao afirmar que vê a necessidade de um currículo normatizado para a Educação Física, assim como para as demais disciplinas. Ela comentou: *“ele de certa forma dá um norte, como te falei, dá uma organizada melhor, antes nós tínhamos os PCN’s. Dá uma ajudada nesse ponto de organização, eu acho melhor (PROFESSORA 1, 2024).”*

A Professora 6 segue a mesma ideia, trazendo à tona a questão da organização e legitimação da Educação Física, um fantasma do passado que ainda assombra nossa disciplina, como mencionado por Kunz (1994) em sua obra clássica, que discute a falta de identidade própria. Ela afirma que agora percebe uma estrutura curricular que facilita seu trabalho e lamenta não ter tido tempo suficiente para se aprofundar e estudar mais sobre o documento:

“pra ter uma continuidade, e uma seriedade, com nosso currículo, com nosso trabalho. Às vezes parece que a Educação Física é um oba oba, se tu pega os alunos do sétimo às vezes dizem: ‘Como assim professora? Aula teórica de Educação Física?’. Aí tem que tá sempre explicando. Agora eles vieram com o livro ‘Tem livro de Educação Física, professora?’. Então até para os alunos perceberem, que

Educação Física tem um currículo, têm por onde seguir, tem uma continuidade no trabalho” (PROFESSORA 6, 2024).

Já a Professora 2, embora defenda a necessidade de um documento padronizador, difere das posições anteriormente apresentadas. Ela acredita que tal norma é necessária, mas expressa algumas ressalvas, argumentando que a redação do documento não está adequada e que não há um apoio governamental suficiente e apropriado:

“eu acho válido, mas talvez não essa amplitude toda de coisas, ou que fosse melhor redigido, melhor colocado pra gente, porque é muito amplo, para uma coisa que acaba não tendo um retorno do governo para a gente desenvolver de verdade dentro do ambiente escolar” (PROFESSORA 2, 2024).

Por fim, ao abordar a importância desta política, a Professora 3 afirma que a BNCC está muito mais direcionada ao auxílio de professores iniciantes, que não têm experiência e um norte bem estabelecido para seguir. É importante frisar que isso não vai na direção de uma padronização curricular, mas sim de uma orientação. Ao nos contar, ela diz: *“Se tu não têm nada, se tu não tem ninguém que te oriente, as pessoas pedem ali o material da base e o DOM aqui de Pelotas e ali tem tudo colocado, se tu quiser tem por onde começar só com aqueles documentos. Então isso significar que é necessário. Aí, achei que eu não ia falar isso” (PROFESSORA 3, 2024).*

Dentre as docentes desfavoráveis, a Professora 5 entende que a Educação Física sofra com uma falta de sistematização curricular ao longo de sua história, entretanto, traz ela reflete: *“Não sei se seria uma necessidade. Acho que não vai ser um papel, um documento que vai mudar a realidade da Educação Física, seja para melhor ou para pior. Porque a gente depende de todo um sistema” (PROFESSORA 5, 2024).* Isso nos leva a considerar que a real necessidade para a melhoria e organização curricular vai além de uma simples normatização; trata-se, na verdade, de abordar a já evidenciada necessidade de melhorar as condições de trabalho dos professores.

A professora 4 considera essa questão complexa e, ao abordar o tema, expressa sua crença de que a BNCC não traz impacto significativo e não contribui de forma alguma: *“Então é meio que um tanto faz. Eu realmente acho*

que não faz tanta diferença assim. Essa é a verdade, não faz tanta diferença assim” (PROFESSORA 4, 2024).

Assim, é importante ressaltar que, apesar das divergências em diversos pontos, cinco dessas professoras apontam para uma mesma direção: a carência de propostas de orientação e sistematização curricular no contexto da Educação Física como área do conhecimento dentro do contexto escolar. Tais percepções docentes vão ao encontro do que Holanda, Lash e Dias (2021) constatam de que há muito tempo a Educação Física sofre de um espontaneísmo organizacional.

No entanto, a questão é que a BNCC não se limita a ser uma simples orientação curricular, mas de uma política de currículo normativa com implicações mais amplas, tanto no trabalho docente como na vida dos estudantes.

A formação docente para a implementação da Base

Nesse contexto de implementação de uma política, é fundamental analisar se os professores receberam o suporte formativo adequado. Ou seja, se eles tiveram a oportunidade de acessar e compreender plenamente a política curricular proposta.

Dentre as seis docentes entrevistadas, três (2, 3, 4) relataram sentir-se aptas a aplicar o currículo da BNCC. Destas, duas apresentaram ressalvas em suas considerações: uma mencionou a necessidade de fazer adaptações e buscar informações por conta própria para se atualizar sobre o currículo, enquanto a outra, embora se sinta preparada, acredita que apenas 20% de seus colegas compartilham dessa condição. Por outro lado, apenas uma professora afirmou estar apta sem apresentar quaisquer ressalvas.

A Professora 2, revela que, apesar de se sentir capacitada para aplicar o currículo, admite não estar completamente preparada para tudo que é exigido. Ela aponta que é irreal esperar que algum professor esteja integralmente pronto para cumprir todas as demandas do documento. Além disso, resalta que não teve acesso a nenhum tipo de formação específica sobre a BNCC. Esse ponto também dialoga com a observação feita pela Professora 4 sobre as diferentes épocas de formação dos docentes: *“Acho que sim. Sim. Minha*

formação é mais recente, e dentro do que dá para ser feito sim. Não todos os campos, isso com certeza não, todas as habilidades ali não tem como contemplar, não tem como saber tudo isso, e não saberia ministrar algumas habilidades ali” (PROFESSORA 2, 2024).” Ela sugere de forma implícita que professores com formações mais recentes tendem a ter maior familiaridade com a BNCC. Isso destaca a necessidade urgente de cursos de formação continuada para aqueles que se formaram em períodos anteriores, de modo que possam se adequar às exigências atuais do currículo.

A Professora 4 ilustra essa preocupação em sua entrevista, destacando a diversidade de formações entre os docentes, variando de acordo com a época em que se formaram e os diferentes enfoques na Educação Física: *“Aqui tem muitos professores que estão há muito tempo, tem professores intermediários e tem professores novos. Tu vê muita diferença na prática de quem tá há muito tempo, de quem tá há mais ou menos, sabe?” (PROFESSORA 4, 2024).*

Nesse sentido, Darido (2005), em sua obra clássica, destaca como a Educação Física tem evoluído ao longo dos anos, saindo das perspectivas tradicionais como a higienista e militarista até suas abordagens críticas mais recentes e é evidente que as diferentes formações, sob os diversos currículos que já permearam a área, impactam profundamente a perspectiva e a prática desses professores.

A seguinte fala relata o tipo de participação das professoras na elaboração do DOM de Educação Física, ou a falta dela: *“Mesma em relação a ele tivemos aquelas reuniões de conversas, de sugestões e blábláblá, e mudanças, etc. “Vamos Enviar”. Quando voltou, era tudo a mesma coisa, né? “Ah, porque a gente vai ouvir as sugestões de vocês”. Reuniões municipais, estaduais. Ignoraram tudo isso. Nada foi levado em consideração aparentemente. (PROFESSORA 4, 2024).*”

Por fim, a Professora 3 foi a única a relatar que teve acesso a formações significativas focadas especificamente na BNCC de Educação Física. Ela compartilha que se sente apta a aplicar o currículo, destacando que sua organização facilita essa tarefa.

Outras três professoras (1, 5, 6) foram claras ao afirmar que não se sentem preparadas para aplicar o currículo proposto pela BNCC. Elas destacaram

a necessidade de mais formações nessa área e relataram que, devido a essa falta de preparo, dependem de sua autodidaxia para buscar as informações necessárias. Para isso, utilizam o tempo que têm para acessar cursos online e outros recursos disponíveis.

A Professora 1 relata que não recebeu formações específicas sobre a BNCC, nem relacionadas à Educação Física, nem de maneira geral, e expressa que sente a falta de capacitações nesse sentido. Ela ainda afirma não se sentir preparada para aplicar o currículo proposto pela BNCC, evidenciando como muitos professores são deixados à própria sorte, forçados a depender de sua autodidaxia para buscar o aperfeiçoamento necessário e entender o novo currículo: *“Foi feito na escola, logo que veio, teve reuniões, mas não específicas da Educação Física, apenas reuniões gerais da escola para estudar a BNCC e refazer planos”* (PROFESSORA 1, 2024).

Nesse mesmo contexto, a Professora 5 também menciona que precisa buscar, de forma autônoma, informações e estudar o currículo da BNCC por conta própria, pois não teve formações sobre ele. Embora se sinta capaz de aplicá-lo, ainda precisa realizar adaptações devido à realidade material de sua escola, que não oferece as condições necessárias para atender plenamente às exigências do documento.

Esse cenário reflete a falta de suporte institucional, colocando o ônus da capacitação sobre os próprios professores, que precisam se desdobrar para lidar com as demandas do currículo. A Professora 6 menciona que a única vez que teve acesso a um estudo estruturado sobre o currículo proposto pela BNCC foi durante seu mestrado. Na rede escolar, ela participou apenas de debates gerais, que não abordavam a Educação Física de forma específica. Além disso, expressa a necessidade de um ambiente colaborativo onde possa trocar experiências com outros professores, discutir como aplicam as exigências do currículo, compartilhar ideias e práticas, e participar de formações direcionadas especificamente para a Educação Física: *“se tivesse uma formação, seria bem legal, até pra gente ouvir os outros professores, pra gente ver outras realidades, se a gente tivesse uma formação continuada de como aplicar, como que os outros aplicam, até pra troca de experiências”* (PROFESSORA 6, 2024).

A BNCC e seu desenvolvimento no contexto da Educação Física escolar

Diante da visão controversa sobre a democratização da educação por meio de um currículo centralizador, achamos pertinente explorar nas entrevistas se as professoras possuem tempo, recursos didáticos e infraestrutura adequados para implementar todas as diretrizes propostas pela BNCC. De forma unânime, as respostas apontaram na mesma direção: mesmo aquelas professoras que demonstraram um certo apoio à política curricular foram enfáticas ao afirmar que não têm as condições necessárias para aplicar integralmente o que é exigido. Elas relataram tanto a falta de infraestrutura quanto a insuficiência de tempo de aula, destacando ainda a perda gradual de espaço da Educação Física em comparação com outras disciplinas.

A Professora 1, que ao longo da entrevista demonstrou satisfação com a implementação da BNCC, foi bastante clara ao afirmar que não dispõe das condições mínimas para aplicar o que o documento exige. Ela destaca as dificuldades enfrentadas no dia a dia de suas aulas, ressaltando a precariedade da infraestrutura escolar. Mesmo mantendo uma visão mais favorável à BNCC, reconhece a desconexão entre o documento e a realidade escolar que está inserida: *“Com certeza não. Porque a infraestrutura das escolas, principalmente as do município, é muito precária, questão de material, enfim, tudo tem que ser muito adaptado, existem coisas que não têm como”* (PROFESSORA 1, 2024).

A Professora 2, que também demonstrou uma postura favorável à implementação da BNCC em diversos momentos da entrevista, acabou por concordar com a dificuldade de aplicar o documento na prática. Ela relatou que, com os recursos materiais disponíveis, é impossível contemplar todas as exigências da BNCC. Ela destacou que, devido à falta de condições adequadas, raramente consegue sair dos conteúdos mais tradicionais da Educação Física: *“Não acho. Não acho que seja possível. É bem limitado, fica dentro daquele mesmo campo ali quase que todo ano. Como esportes de invasão, tu vai contemplar eles o ano todo praticamente”* (PROFESSORA 2, 2024).

Além disso, a professora salientou que, com a organização atual da BNCC, alguns objetos de conhecimento recebem um tempo insuficiente para serem trabalhados adequadamente: *“As lutas, são um campo muito grande,*

tu não tem tempo para fazer tudo aquilo ali nos dois anos que eles colocam, como 8º e 9º, 6º e 7º” (PROFESSORA 2, 2024). Neira (2018) complementa essa crítica, apontando que a disposição dos conteúdos na BNCC carece de uma justificativa clara, sendo, segundo ele, um processo bastante arbitrário.

A Professora 3 relata que, devido ao tempo limitado de aula para cada turma, sente a necessidade de priorizar certos conteúdos em detrimento de outros, o que a preocupa. Ela teme que, ao não conseguir abordar todos os temas necessários, seus alunos não cheguem ao ensino médio devidamente preparados para aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (PROFESSORA 3, 2024). A professora também menciona que, em relação à infraestrutura, a situação é alarmante. Apesar dos esforços da escola para oferecer o melhor possível, as condições em todas as escolas do município são extremamente precárias, refletindo uma realidade comum em todo o Brasil. Ela afirma: *“Não tem material, não tem lugar, não tem quadra, não tem espaço. E aí, o que tu faz? É bem complicado”* (PROFESSORA 3, 2024).

Algumas pesquisas como Santos Costa (2018), Hernandes Neto e Constantino (2019) e Teixeira e Ferreira (2018), têm evidenciado as condições adversas de trabalho enfrentadas pelos professores de Educação Física em diversas redes públicas de ensino. Teixeira e Ferreira (2018) destacam que os docentes entrevistados em seu estudo ressaltam a carência de infraestrutura, incluindo a ausência de quadras esportivas adequadas, que devem ter marcações corretas e um solo minimamente apropriado para a prática esportiva. Além disso, a falta de materiais didáticos e pedagógicos é identificada como uma das principais barreiras para a melhoria qualitativa de suas práticas educativas.

É infelizmente frequente que professores de Educação Física, mesmo aqueles que atuam em redes públicas de ensino - que deveriam receber financiamento adequado do governo - se vejam forçados a utilizar recursos pessoais para garantir o básico necessário para a realização de suas aulas (Bernardi; Molina Neto, 2016). Situação que foi relatada durante a entrevista Professora 6 (2024).

A Professora 4 compartilha uma situação que é, ao mesmo tempo, trágica e cômica, ilustrando a precariedade da infraestrutura de sua escola, que

impede a implementação eficaz da BNCC e reflete a realidade dos alunos de instituições públicas:

“A gente tem uma das quadras lá embaixo que a gente chama de piscinão, porque quando chove, nem preciso te dizer mais nada. Aí esses dias para uns alunos pequeninos, a gente comenta do piscinão e eles pensam que vão para aula de natação. Eu fico tipo: “Vamos voltar para a realidade?”. Então esse voltar para a realidade é o que a gente precisa levar em consideração na BNCC. Às vezes tu abre ela, tu olha e tu fica pensando: “Não! Isso aqui não vai acontecer. Jamais! Em nenhuma escola. Em uma particular? Talvez. Agora aqui na pública? Na da vila?”. Na minha outra escola que eu não tenho espaço nenhum, que não tem bola, que não tem bambolê, que não tem nada, não vai acontecer. É totalmente fora da realidade. Às vezes até o esporte mais simples é fora da realidade. “Ahh, mas há produção de material, a gente tem que inventar.” Ok, para fazer uma aula alternativa, vamos fazer materiais alternativos, agora, pra tu trabalhar sempre com bola de meia e garrafa PET, ah, por favor, né? Não. Não. Pra tu fazer um trabalho massa tu tem que ter materiais bons. Condições minimamente adequadas para isso” (PROFESSORA 4, 2024).

Esse relato é um dos momentos mais impactantes de todas as entrevistas, resumindo de forma clara as críticas que temos feito à BNCC até agora. Ele ilustra na prática como um documento centralizador, que idealiza uma realidade única para todos, acaba se chocando com as condições enfrentadas pelos professores.

Em continuidade, a Professora 4 destaca que a democracia promovida pela BNCC é, na verdade, anedótica e idealista, desconectada de sua realidade cotidiana:

“Apenas nos jogaram lá dentro e disseram: Se virem! É quase a mesma coisa com a BNCC: “A gente tem isso aqui, façam!” Como? Entendeu? Se a gente recebesse todo ano verba para ter muito material, muito espaço físico, muito aquilo, levar os alunos para conhecer outros lugares, fazer atividades na natureza, fazer atividades na água, seria ótimo. Mas, não é a realidade. Não é o que a gente tem. A gente tem aí uma verba de PARF que ainda não chegou, sabe se lá quando vai chegar. A gente tem muita falta de tudo” (PROFESSORA 4, 2024).

Se quisermos resumir tudo em uma única frase: “A gente tem muita falta de tudo” (PROFESSORA 4, 2004) transmite uma mensagem clara e objetiva

para aqueles que idealizam reformas sem considerar a realidade dos professores: temos outras prioridades e urgências que precisam ser resolvidas com urgência.

A Professora 5 compartilha suas preocupações sobre a diminuição do tempo dedicado à Educação Física, o que inviabiliza a implementação de um currículo como o da BNCC. Além disso, ela ressalta as péssimas condições enfrentadas devido ao clima do Rio Grande do Sul, que agravam ainda mais a situação. Ela nos leva a uma reflexão crucial sobre as variáveis realidades dentro do mesmo município, que são influenciadas por fatores socioeconômicos, culturais, ambientais e muitos outros que não podemos detalhar aqui, reforçando a análise de Ávila (2020).

“Agora tu estás aqui, é uma realidade, mas daqui há pouco tu vai ali na Santa Terezinha, é pertinho, mas é uma realidade diferente, daqui há pouco tu vai ali na Oswaldo Cruz, é diferente, a tua própria escola que tu trabalha no Sítio Floresta é uma realidade diferente, com uma escola diferente. E quem trabalha em várias escolas percebe que às vezes tu consegue trabalhar um conteúdo em uma escola, mesmo ano, em uma outra escola tu não consegue, às vezes tem que mudar, são níveis de aprendizagem diferente, são comunidades diferentes, daqui há pouco em uma outra escola dá, dentro da própria comunidade tu já vê realidades diferentes. E aqui é muito diferente do centro, e vai ser diferente do Fragata, vai ser diferente do Areal, das escolas da colônia, tudo é diferente, por mais que se tenha esse documento, nem todos os professores vão conseguir fazer o que está nele. Eu aqui nas Três Vendas, não vou conseguir trabalhar a mesma coisa que o Areal está trabalhando” (PROFESSORA 5, 2024).

Por fim, a Professora 6 nos deu um relato mais ameno, talvez possamos dizer que o mais otimista em relação a BNCC, apesar dela expressar que dentro das condições que possui não é totalmente possível aplicar tudo tal qual a BNCC sugere, é ainda possível realizar adaptações:

“Tem sempre que adaptar, né? Por exemplo essa questão do punhobol, eu acho bem legal, é um conteúdo que talvez eles não tivessem acesso. Então, primeiro eu to trazendo o histórico, eles estão achando bem interessante, trouxe vídeos. Isso para os maiores. Eu não consegui dar aula prática ainda, porque aqui na escola a gente mal tem bola, tem duas bolas de vôlei, então to tentando comprar as bolas de borracha pra gente conseguir ter uma aula (prática), mas o pessoal tem gostado bastante, tem achado interessante o conteúdo teórico” (PROFESSORA 6, 2024).

É irônico notar que, enquanto a Professora 6 expressa satisfação por ter conseguido introduzir o punhobol em suas aulas, a Professora 5 enfrenta dificuldades para implementar essa atividade, devido às disparidades nas realidades enfrentadas pelas diferentes escolas. Essa diferença ilustra como as condições e contextos variados podem impactar a aplicação do currículo de maneiras distintas.

Este trecho da entrevista, que aborda a indisponibilidade de materiais, espaço físico e tempo de aula para a implementação do currículo proposto pela BNCC, representa um momento significativo de convergência nas opiniões das professoras. Embora duas delas mencionem a possibilidade de realizar adaptações, todas concordam que a realidade escolar atual é inadequada para atender às exigências do documento.

Além disso, as professoras refletem sobre a situação de outras escolas. Embora algumas apresentem condições um pouco melhores, a maioria enfrenta desafios que só se agravam. Para promover verdadeiramente a democracia educacional, é fundamental não apenas estabelecer obrigações iguais em relação ao currículo, mas também garantir condições equitativas, como as discutidas aqui, que foram corroboradas pelas falas das docentes: infraestrutura adequada, tempo suficiente, preparo e suporte para as aulas de Educação Física.

Qualquer iniciativa que não considere esses aspectos básicos apenas transferirá a responsabilidade pelo fracasso escolar para os alunos como aponta Freire (2017) ou para os professores, desviando a atenção dos problemas estruturais que afetam a educação brasileira.

Perspectivas futuras para a Educação Física

A compreensão do que será a Educação Física nos moldes da BNCC, uma vez consolidada, é de extrema importância. Esse modelo curricular pode impactar significativamente tanto a prática pedagógica quanto o trabalho docente de professores em diferentes esferas da educação básica, como as redes municipal, estadual e, em certa medida, até federal. Isso evidencia a necessidade constante de refletir sobre onde estamos e para onde estamos caminhando, pois este documento não apenas define o currículo atual, mas

também serve como base para os futuros currículos que serão desenvolvidos com base no que ele impõe e nas mudanças decorrentes de sua implementação, independentemente dos desafios e problemas que surgirem com o tempo. Conforme destacado por Arroyo (2016), há o risco de que os professores se tornem meros executores de um currículo pré-fabricado, perdendo o papel de agentes ativos no processo educativo. Nessa perspectiva, eles são privados de sua autonomia, criticidade e, sobretudo, de seu protagonismo na construção e adaptação do currículo às realidades locais e às necessidades específicas dos alunos. Esse processo pode reduzir a prática pedagógica a uma aplicação mecânica de diretrizes, em vez de promover uma educação mais reflexiva e adaptada às diferentes realidades escolares. Por isso, perguntamos às entrevistadas suas percepções sobre o futuro da Educação Física nos moldes da BNCC.

A maioria das professoras demonstraram otimismo quanto ao futuro da Educação Física sob os moldes da BNCC, destacando uma evolução nesta área do conhecimento. No entanto, é importante ressaltar que essa percepção de avanço não está diretamente ligada à BNCC em si. Conforme apontado nas entrevistas, a maioria das melhorias relatadas decorre do maior comprometimento dos professores e do aprimoramento de suas práticas pedagógicas, independentemente da influência direta do documento. A professora 3 nos conta que está há vinte anos na rede, e tem percebido essa evolução:

“Eu tenho percebido que tem melhorado, não sei se é um pouco de otimismo da minha parte, mas até ali no grupo que a gente tem da Educação Física de Pelotas, da SMED, eu percebo que o pessoal tem mais vontade, tem mais comprometimento, tem mais responsabilidade. Mais responsabilidade no sentido de entender a importância da nossa disciplina dentro da escola” (PROFESSORA 3, 2024).

A professora 1 também apresenta um olhar positivo sobre o futuro da Educação Física sob os moldes da BNCC, ressaltando que, com esse currículo, os conteúdos da disciplina têm a oportunidade de se tornarem mais diversos: *“nesses moldes ela diversifica os conteúdos que eu acho que antes o pessoal realmente trabalhava mais a parte dos esportes coletivos mesmo, na escola”* (Professora 1, 2024). Da mesma forma, a Professora 6 expressa satisfação com a organização do currículo, uma estrutura que a Educação Física sempre recebeu ao longo dos anos. Ela compartilha sua expectativa de que, no futuro,

a disciplina esteja mais alinhada e integrada: *“Eu acredito que nessa questão de ter um alinhamento, eu acredito que melhorou, eu nunca tinha trabalhado dessa forma. Pra ter uma continuidade foi bom”* (Professora 6, 2024).

Ao mesmo tempo em que percebem com otimismo o futuro da área, algumas professoras refletem do grande problema que é a desconexão do documento com a realidade das escolas:

“Ali no papel é tudo bonitinho, tudo funciona, faz aquilo ali, faz assim, faz assado. Mas, quando tu chega lá na prática mesmo não rola” (Professora 3, 2024).

“Eu acho que teria primeiro tem que vir a parte da infraestrutura das escolas para que a cobrança viesse, para que a gente conseguisse realmente colocar em prática o que é pedido ali na BNCC, e hoje a gente acaba se limitando sempre as mesmas coisas, como já tinha dito antes. São os “bols” como já tinha dito antes ali, que são os esportes de invasão e os esportes de marca, como o atletismo, que também já era feito por causa de material, mas é limitado a isso aí, né?” (PROFESSORA 2, 2024).

Por fim, a Professora 4 não enxerga a BNCC como uma solução para os desafios enfrentados na Educação Física e acredita que seu impacto no futuro da disciplina será limitado. Ela enfatiza a importância da Educação Física para além dos muros da escola: *“a nossa prática, eu acho que é uma prática vai para além dos muros da escola, para serem indivíduos ativos, ao contrário da realidade de pessoas sedentárias”* (PROFESSORA 4, 2024).

De forma geral, observamos que a maioria das entrevistadas se sente otimista em relação ao futuro da Educação Física, embora esse otimismo esteja mais relacionado ao avanço do conhecimento na área e ao desenvolvimento de novas práticas do que ao documento da BNCC. No entanto, duas professoras expressam grande satisfação com o que a BNCC pode oferecer, tanto em termos de organização curricular quanto na diversidade de conteúdos que propõe. Em contrapartida, quatro professoras veem o futuro sob os moldes da BNCC como incerto, repleto de desafios, especialmente devido à desconexão do documento com a realidade de infraestrutura e suporte que elas enfrentam. Assim, percebemos que a falta de estrutura não é apenas um problema presente, mas uma barreira significativa para melhorias na área. Além disso,

uma professora destaca a necessidade de que esse currículo seja constantemente reavaliado e alinhado aos interesses dos professores que o utilizam.

Considerações Finais

Nosso estudo revelou que a BNCC é um documento envolto em debates, gerando tanto percepções positivas quanto negativas, muitas vezes interligadas. A pesquisa focou em compreender a percepção de professoras de Educação Física sobre a implementação da BNCC no contexto do trabalho docente da rede municipal de Pelotas.

Inicialmente constatamos que a necessidade de uma organização curricular para a Educação Física, como a proposta pela BNCC, foi amplamente defendida pelas professoras, ao destacarem que o componente curricular enfrenta sérias lacunas nesse aspecto. Acerca dessa questão, Kunz (1996) e Darido (2005) apontam que a desvalorização da educação ao longo dos anos resultou em um currículo desorganizado, frequentemente marcado por aulas livres na Educação Física.

Embora a BNCC possa preencher essa lacuna, não é a única alternativa viável. Pelo contrário, ela se aproveita dessa necessidade existente: “Para quem não sabe aonde ir, qualquer caminho serve” (Carroll, 2002). Essa célebre frase do livro *Alice no País das Maravilhas* ilustra bem a situação atual.

No que se refere à preparação o desenvolvimento da BNCC, constatamos que as professoras se sentem amplamente desamparadas, necessitando buscar por conta própria recursos autodidatas ou apoio de outras instituições. Relataram a falta de formações adequadas para lidar com o documento e, para suprir essa lacuna, recorrem a cursos online e outras formas de atualização. Além disso, mencionaram que professores de diferentes épocas de formação enfrentam desafios variados na implementação da BNCC, sem o suporte necessário das instituições responsáveis por impor esse currículo.

O ponto mais crítico revelado por este estudo foi, sem dúvida, a desconexão entre as diretrizes da BNCC e a realidade enfrentada pelos professores em termos de espaço, materiais e tempo quanto questões vinculadas ao desenvolvimento curricular. Percebemos de forma unânime que não existem

condições reais de se aplicar o currículo proposto pela BNCC. Mesmo as professoras que em diversos momentos foram favoráveis a existência da BNCC, e a pautaram de forma positiva, foram críticas nesse ponto: a Educação Física escolar no contexto estudado não possui condições reais de aplicação das exigências do currículo imposto pela BNCC, e a sua ideia de democratizar a educação impondo o que deve ser ensinado como se isso bastasse para que todas as escolas tivessem as mesmas condições é falha, percebemos que mesmo dentro de uma mesma rede de ensino pública existem realidades muito diferentes, com necessidades tão diferentes quanto, e que portanto um documento que impõe uma mesma diretriz a todas elas sem dar as devidas condições acaba não sendo assim tão eficiente, e sequer tem impacto no mundo real.

Em relação às perspectivas de futuro, a maioria das professoras entrevistadas demonstrou otimismo, associando esse sentimento mais ao avanço do conhecimento na área do que à BNCC propriamente dita. Algumas consideraram positiva a organização curricular e a diversidade de conteúdos propostas pela BNCC, enquanto outras apontam incertezas e desafios devido à desconexão entre o documento e a realidade das escolas, especialmente no que se refere à infraestrutura e suporte.

Por fim, esperamos que este estudo inspire novas investigações sobre o contexto da prática no desenvolvimento de políticas educativas e que possamos nos unir rumo a reflexões e denúncias sobre o tipo de formação docente e reestruturação das escolas tem sido feitas para que as normativas possam ser recontextualizadas nos diferentes espaços educativos com condições que favoreçam a formação dos estudantes e o desenvolvimento profissional docente.

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO ÂMBITO NA REDE MUNICIPAL DE PELOTAS/RS: PERCEPÇÕES DE DOCENTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DESTES PROCESSO

Resumo: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter obrigatório que foi implementado no município de Pelotas/RS em 2020 através do Documento Orientador Municipal (DOM). Essa pesquisa se originou de uma dissertação de mestrado e em termos metodológicos, caracteriza-se como qualitativa descritiva. O objetivo foi compreender a percepção dos docentes sobre a implementação da BNCC no âmbito da Educação Física na rede municipal de ensino fundamental de Pelotas/RS. Participaram do estudo

seis professoras de Educação Física dos anos finais do ensino fundamental do município de Pelotas/RS através da realização de uma entrevista semiestruturada. Após coletados, os dados foram analisados através do método de análise de conteúdo, inspirado em Laurence Bardin. Constatamos que as professoras se sentem desamparadas e sem suporte na implementação do documento. As professoras foram unânimes em relação à desconexão do documento com a realidade de tempo de aula, infraestrutura e de materiais que elas têm disponível. Sentem falta de uma organização curricular e que a BNCC ganha espaço por isso, porém é necessário destacar que a BNCC não é a única organização possível. Foi notado certo otimismo em relação ao futuro da Educação Física na percepção das professoras, muito embora isso possa não estar diretamente relacionado à BNCC.

Palavras-chave: Educação Física; BNCC; Trabalho Docente; Currículo.

THE IMPLEMENTATION OF THE BNCC IN THE MUNICIPAL NETWORK OF PELOTAS/RS: PERCEPTIONS OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS ABOUT THIS PROCESS

Abstract: The National Common Curricular Base (BNCC) is a mandatory document that was implemented in the municipality of Pelotas/RS in 2020 through the Municipal Guiding Document (DOM). This research originated from a master's thesis and, methodologically, is characterized as descriptive qualitative. The objective was to understand teachers' perceptions regarding the implementation of the BNCC in the context of Physical Education in the municipal elementary school network of Pelotas/RS. Six Physical Education teachers from the upper grades of elementary school in the municipality of Pelotas/RS participated in the study through the conduction of a semi-structured interview. After collecting the data was analyzed using the content analysis method, inspired by Laurence Bardin. We found that the teachers feel helpless and unsupported in implementing the document. The teachers were unanimous regarding the disconnect between the document and the reality of class time, infrastructure, and materials they have available. They miss having a curricular organization, and the BNCC gains ground because of this; however, it is important to highlight that the BNCC is not the only possible organization. Some optimism regarding the future of Physical Education was noted in the teachers' perception, although this may not be directly related to the BNCC.

Keywords: Physical Education; BNCC; Teaching Work; Curriculum.

LA IMPLEMENTACIÓN DE LA BNCC EN EL ÁMBITO DE LA RED MUNICIPAL DE PELOTAS/RS: PERCEPCIONES DE DOCENTES DE EDUCACIÓN FÍSICA SOBRE ESTE PROCESO

Resumen: La Base Nacional Común Curricular (BNCC) es un documento de carácter obligatorio que fue implementado en el municipio de Pelotas/RS en 2020 a través del Documento Orientador Municipal (DOM). Esta investigación se originó en una disertación de maestría y, en términos metodológicos, se caracteriza como cualitativa descriptiva. El objetivo fue comprender la percepción de los docentes sobre la implementación de la BNCC en el ámbito de la Educación Física en la red municipal de enseñanza fundamental de Pelotas/RS. Participaron del estudio seis profesoras de Educación Física de los años finales de la educación fundamental del municipio de Pelotas/RS, mediante la realización de una entrevista semiestruturada. Una vez recolectados, los datos fueron analizados a través del método de análisis de contenido, inspirado en Laurence Bardin. Se constató que las profesoras se sienten desamparadas y sin apoyo en la implementación del documento. Las docentes fueron unánimes respecto a la desconexión del documento con la realidad del tiempo de clase, la infraestructura y los materiales de los que disponen. Señalan la falta de una organización curricular y que la BNCC gana espacio por esta razón; sin embargo, es necesario destacar que la BNCC no es la única organización posible. Se observó cierto optimismo en relación con el futuro de la Educación Física en la percepción de las profesoras, aunque esto puede no estar directamente relacionado con la BNCC.

Palabras-clave: Educación Física; BNCC; Trabajo Docente; Currículo.

SOBRE OS AUTORES

Franciele Ross da Silva Ilha

Professora Adjunta da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas. Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI); Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), com Estágio Sanduíche na University of Wisconsin (Madison/WI/USA) sob orientação de Thomas Popkewitz. Mestre em Educação (UFSM); Especialista em Educação Física Escolar e em Gestão Educacional (UFSM); Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem experiência com a Educação a Distância (tutora e professora pesquisadora) e como professora de Educação Física na Educação Básica. As temáticas de maior interesse são: Educação Física Escolar, Trabalho Docente e questões interligadas a tais temáticas, principalmente com ênfase no Currículo, Didática e perspectivas pós-críticas. E-mail: francieleilha@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6016-4259>.

Christian Peres da Costa

Professor de Educação Física com atuação no Ensino Fundamental I e II, com enfoque nas perspectivas críticas e pós-críticas do currículo. Mestre e licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), com pesquisa voltada à formação profissional e prática pedagógica na escola. Foi bolsista CAPES no mestrado e no Programa de Residência Pedagógica. Atualmente, atua como professor supervisor no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES). Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares Pós-Críticos (GEIP/UFPeI), participou de projetos como Ruas de Lazer, Educação Física no Combate às Opressões e Pod-Crítica na Pós-Modernidade. Pesquisa temas relacionados à Educação Física escolar, formação docente, teorias do currículo e políticas educacionais. E-mail: christianescola92@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8117-3485>.

Referências

ARROYO, Miguel González. Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 8, n. 48, p. 15-31, 2016

ÁVILA, Cristiane Bartz de. **Estado Gerencial, BNCC e a Escola: o currículo com foco na Educação Escolar Quilombola em uma escola de ensino fundamental em Pelotas/RS**. 2020. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BERNARDI, Guilherme Bardemaker; MOLINA NETO, Vicente. Implicações da proletarianização do trabalho docente na Educação Física Escolar. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 2, n. 19, p. 339-349, 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BUKOWSKI, Chaiane; CENTENARO, Junior Buñon; FÁVERO, Altair Alberto. Uma revolução controlada? A BNCC como política de centralização. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 1676-1701, out./dez. 2021. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

CAETANO, Maria Raquel. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **TEXTURA - Revista de Educação e Letras**, Canoas/RS, v. 20, n. 50, abr./jun. 2020.

CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Antônio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNANDES NETO, P.; CONSTANTINO, P. R. P. As condições para a Educação Física em escolas técnicas estaduais paulistas: um estudo sobre os recursos e a infraestrutura escolar. **Motrivência**, v. 31, n. 57, 18 mar. 2019.

HOLANDA, G. I. DA S.; LASCH, J. V.; DIAS, R. F. A Educação Física na BNCC: desafios da escola republicana. **Motrivência**, v. 33, n. 64, p. 1–18, 3 mar. 2021.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1994.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, Márcia A. da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. p. 23-27.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 40, p. 215-223, 2018.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências. In: AGUIAR, Márcia A. da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. p. 55-60.

SANTOS COSTA, M. D. C. Trabalho docente na educação básica: as condições e a jornada de trabalho na educação física na educação de jovens e adultos trabalhadores no município de belém do Pará. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, 13 jun. 2018.

STRECK, Danilo Romeu. Desigualdade e Educação: mais uma revolução inacabada?. **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 26, 2021.

TEIXEIRA, Francisco Claudeci Faustino; FERREIRA, Heraldo Simões. A realidade dos professores de educação física no ensino fundamental I e II, em uma escola pública da sede do município de Massapê – CE. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, p. 572–587, 2 maio 2018.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

The Creative Commons License in Revista InterMeio

CC BY-NC-SA: This license allows reusers to distribute, remix, adapt, and build upon the material in any medium or format for non-commercial purposes only, and only so long as attribution is given to the creator. If you remix, adapt or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

CC BY-NC-SA includes the following elements: • BY: Credit must be given to the creator; • NC: Only noncommercial uses of the work are permitted; • SA: Adaptations must be shared under the same terms.